

**A contenção do conflito.
Vigilância, controle e intermediação dos guardas de rua,
num bairro residencial em Porto Alegre.¹**

Maya Benavides del Carpio
UFRGS/RS

Resumo:

A partir duma etnografia realizada com guardas de rua, num bairro residencial de Porto Alegre, ressaltam-se as habilidades, técnicas, recursos e ferramentas mediante as quais, eles conseguem ser reconhecidos como um elo da vigilância e controle da segurança privada, tanto pelos clientes que os contratam quanto pelas diversas pessoas que transitam as ruas, e os agentes da segurança pública. Graças a esse reconhecimento, os guardas de rua realizam uma intermediação entre as diferentes pessoas que habitam e transitam o bairro. Tomando em conta que esses guardas são atores não estatais, e são uma das faces menos formalizadas da segurança privada, suas práticas de vigilância e controle, estão localizadas nas margens do Estado, lugar desde onde sua intermediação age contendo o conflito entre as camadas sociais e, ao mesmo tempo, perpetuando as diferenças e hierarquias entre elas.

Palavras chave: Segurança, vigilância, conflito.

Introdução

O conflito tem uma capacidade motora de mudança. Quando ele não existe, garante-se a permanência, a manutenção de alguma ordem ou disposição, seja porque todos estão de acordo com ela, seja porque o conflito é abafado. Explorarei, nesta exposição, as formas em que algumas dinâmicas sociais, dentro do universo da segurança privada, conseguem perpetuar iniquidades sociais mediante a contenção do conflito.

Minha exploração no campo da Segurança privada, é certamente uma aproximação periférica, que está longe das grandes empresas e centros de monitoramento de alta tecnologia, ela tem por foco as formas mais básicas e simples de vigilância cotidiana nas cidades a partir duma etnografia com os guardas de rua do Bairro Petrópolis, um bairro residencial em Porto Alegre. A partir da qual farei uma

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

aproximação de quem são os guardas de rua, que e como fazem seu trabalho, como eles conseguem ser reconhecidos como figuras de autoridade e seu papel na segurança privada e na manutenção do ordenamento social.

Devo começar por evidenciar que este tipo de guardas não figura dentro dos estatutos, leis, ou controles federais, tipicamente associados ao campo da segurança privada tal qual a imaginamos na atualidade. Os guardas de rua estão localizados naquele espaço que, por não estar definido, fica fora, tanto das sanções e controles, quanto dos benefícios trabalhistas. Segundo o Sindicato de Segurança Privada (SINDESP_RS) e a Polícia Federal, órgão supervisor da segurança privada, os guardas de rua poderiam encaixar, dentro da categoria de zelador ou síndico, ainda quando não são nem um nem o outro. Eles, também não entram dentro da definição de segurança privada clandestina, que define às empresas, sobretudo pequenas, que não cumprem com os requisitos para ter o alvarás estatal. Como veremos, a definição "clandestina", que faz referência a uma atuação escondida e fora da visão, fica totalmente alheia à cotidianidade dos guardas de rua, por isso, para me referir a eles, os localizo dentro da área da informalidade.

"A literatura especializada sobre a informalidade convencionou associar a origem do termo setor informal à Hart, antropólogo inglês que pesquisou as oportunidades de renda e o emprego urbano em Gana. Nos estudos do referido autor, o setor informal demonstra como a camada mais pobre da população do país – os *urban sub-proletariat* (HART, 1973, p.61) – obtém seus rendimentos por meio de atividades econômicas fora do alcance das instâncias formais de regulação." (Brandão, 2015: 271-272). Tomarei essa primeira definição por abranger tanto o caráter inapreensível do trabalho dos guardas quanto por referir à sua condição econômica, os guardas de rua, todos eles, são moradores das favelas (ou vilas, como eles definem seus bairros).

1. Os guardas de rua

Mas isso tudo não quer dizer que os guardas sejam pessoas fora da lei, muito pelo contrário, os guardas de rua, são parte de complexas relações de segurança e manutenção da ordem social, dentro das quais são legitimados pelos poderes tanto da segurança pública, ou seja do Estado, quanto das camadas economicamente mais acomodadas. O bairro onde realizei a etnografia, é considerado um bairro nobre na cidade de Porto Alegre, título que referencia os bairros de classe média, e média alta

com capitais não só econômicos, mas sociais culturais e simbólicos, seguindo as definições de Bourdeiu (2007) que ajudam na caracterização dos moradores do bairro no qual trabalhei.

Os guardas de rua fazem o trabalho de vigilância nos bairros nobres ou residenciais, há décadas² na cidade, a pesar disso é uma tarefa difícil, definir quem são eles. O Regis, um dos guardas com quem realizei a etnografia, é professor de MuayThai, oscila entre os 40 anos e trabalha fazendo suas rondas de vigilante, vestido de preto com casaco tipo aviador e botas tipo militar, usa, às vezes, uma boina com um enfeite do escudo do rio grande do sul. O Giver, outro dos guardas com os que trabalhei, é um aposentado de aproximadamente 75 anos, que costuma estar sentado numa cadeira de praia ou assistindo a tv na sua guarita quando faz frio, ele está no bairro há dez anos. O Chico, é subcontratado pelo Alemão, o guarda chefe dessa rua, há 15 anos, ele gosta de vestir calças, casaco e camisetas folgados, tênis grandes e chamativos, e boné bem novo, segundo ele, isso é para passar despercebido nas ruas e poder vigiar melhor. O Viana, o ultimo dos guardas aos que farei referencia neste trabalho, observa tudo, até quando um se aproxima da sua guarita (aparentemente abandonada), desde seu carro amarelo, onde está com sua esposa fazendo a vigilância. As vezes ele usa roupa tipo militar, o que não garante nada já que a rua do Viana é das mais polêmicas, vários assaltos e até um assassinato por roubo têm acontecido nela, somente, ao longo do ano da minha pesquisa. Comenta-se, no bairro, que o Viana consegue manter o ponto só porque ele, ao mesmo tempo em que é guarda, é pai de santo. Como pode se observar, nesta breve apresentação, os guardas são muito diferentes uns dos outros, ainda trabalhando no mesmo bairro, e fazendo a mesma coisa.

De alguma forma, eles compartilham o espaço público e a atividade, mas num estilo particular. O bairro, está literalmente “dividido” entre os guardas. As casas, estabelecimentos e prédios são repartidos dentro de uma estratégia de posse de “pontos” de vigilância. Cada ponto equivale a uma quantidade de ruas que o guarda “possui”. Esse tipo de posse é obtido pela antiguidade no setor, validada ou legitimada pelo

² No Jornal Correio do Povo de 16 de novembro de 1997, nas cartas dos leitores, já se faz referencia aos guardas noturnos, mais como um problema do que como uma solução, acusando eles de serem ao mesmo tempo os ladrões e os seguranças. Mas, é Cornelia Eckert, quem na região de Porto Alegre aponta o olho pioneiramente sobre os guardas de rua ao perceber que: “A maior demanda de moradores em bairros de camadas médias é a de vigilantes diurnos e noturnos, alimentando um mercado de grandes proporções.” (Eckert, 2007: 72)

reconhecimento dos moradores. As guaritas, construída com aportes dos moradores, são uma mostra significativa da legitimidade do ponto. Alguns dos guardas, com os que conversei, têm trabalhado seu ponto eles mesmos começando com o serviço de guarda de rua há várias décadas, como o Alemão; outros herdaram o ponto de algum familiar ou amigo, como o Regis e o Betinho; e outros são subcontratados pelos donos dos pontos, como o Chico.

Mas, os guardas não estão associados entre si, não são uma categoria, e relatam que dificilmente vão se comunicar na noite, mesmo existindo códigos em comum como os apitos: um para sinalizar que passou alguém mas que não parece nada perigosos, dois para sinalizar um suspeito, e três para pedir ajuda. Esta desvinculação entre eles se deve ao simples fato de que se um deles não satisfaz as demandas ou expectativas de um dos clientes, este cliente pode contratar imediatamente os serviços do outro guarda, sobretudo se sua casa está no limite entre dois pontos. Assim, eles estão, permanentemente, na necessidade e competição entre eles, por manterem seus pontos e contratos³

2. Habilidades e serviços

Esta breve apresentação dos guardas do Bairro Petrópolis permite enxergar uma diversidade muito grande entre eles, que quebra todo estereótipo do “guarda”, o “vigilante”, o “segurança”. Porém, ainda sendo tão diversos, todos eles, são reconhecidos a partir de uma mesma atividade: a vigilância e a segurança do bairro.

2.1. a vigilância.

Desde que chegam no bairro, eles vão cumprir com alguns comportamentos rotineiros: cumprimentar seus empregadores, se comunicar com eles pelo telefone, assumir a posse do seu ponto de observação, e dar voltas, a maneira de rondas, ou seja fazendo um tipo de patrulhamento⁴ privado das ruas que vigiam para seus clientes.

³ Os contratos são os acordos verbais e às vezes escritos, mas não registrados em cartório, entre o guarda e seus clientes, e também entre o guarda e os guardas que ele mesmo emprega para conseguir fornecer o serviço de guarda 24 horas. Os guardas costumam dar um recibo a cada cliente pelos pagamentos mensais que recebem.

⁴ O processo e o resultado de patrulhar recebe a designação de patrulhamento. Patrulhar, por sua vez, consiste em percorrer uma determinada zona, em geral para evitar que se cometam delitos ou que se produzam feitos com conseqüências negativas.

Formalmente, os guardas são contratados para proteger o patrimônio, o que quer dizer para proteger a casa do seu contratante, mas, eles vigiam e protegem não só as casas dos seus empregadores, eles controlam, sobretudo, o lugar de trânsito, as ruas, esse espaço definido como público, mas severamente privatizado nesse bairro. Segundo eles mesmos, a segurança que oferecem caracteriza-se tanto por evitar roubos quanto por controlar que a rua esteja "limpa", sem moradores de rua, fumadores de crack nem pixadores que possam afetar a estética de ordem e lugar de trânsito que tem as ruas do bairro. Mas, eles não são, oficialmente, guardas, nem tem uma autoridade instituída, ainda mais, não tem nem contrato de carteira assinada com seus empregadores, bem poderiam ser ignorados por todos. e aqui que situa-se o eixo principal desta exposição, como é que os guardas de rua conseguem se manter num papel de autoridade efetiva e cotidiana nas ruas.

Eles acompanham quem entra no mercado do bairro, quem circula a pé, quem passa devagar a mais ou muito rápido pelas ruas. suspeitam muito daquela pessoa que fique observando uma casa já que eles, os guardas, conhecem os amigos dos seus empregadores, os familiares que freqüentam, os lugares onde trabalham, as rotinas dos seus filhos, os carros que usam e os ônibus que alguns usam. Assim, sabedores de todo o que "normalmente" se desloca nas ruas do bairro, eles conseguem identificar todo o que é estranho e essa é uma das habilidades que permite eles serem reconhecidos como guardas.

Tanto os moradores, seus empregadores, quanto os habitantes da rua, sabem que os guardas estão observando tudo, eles viram figuras reconhecíveis nas ruas. Seus empregadores podem até controlar eles mediante o telefone e o Facebook, entanto que os habitantes da rua, os evitam ou até os atacam. Para os guardas, a rua não está isenta de conflitos cotidianos. Eles lembram como um dos guardas que cobre as folgas, foi roubado e perdeu a bicicleta, como outro guarda dormiu na guarita e acordou com uma faca no pescoço e perdeu o dinheiro y mais sua bicicleta.

2.2. O despejo e o jogo de cintura.

Mas, essa é só uma parte dos serviços dos guardas, que consiste numa vigilância e identificação de suspeitos. Os guardas, precisam, além disso, ter a capacidade de expulsar esses indesejáveis da rua, mas essa expulsão consiste numa expressiva negociação pelo espaço público entre ambos os lados, ou seja pela habilidade de sair

bem de várias tensões e evitando o conflito e segurando uma imagem impecável tanto com os empregadores quanto com o resto das pessoas com as que interagem. Existe uma valoração muito forte da capacidade de resolver situações mostrando efetividade laboral ao mesmo tempo que mantendo uma convivência tranqüila com aqueles que despejam das ruas:

Tem que fazer a psicológica, não ficar nervoso, o cara tem que saber fazer jogo de cintura, não pode ir direito a dar porradas e jogar eles fora. Os fumadores de crack, eles fumam, mas que seja longe de onde eu cuido, eu conheço os que fumam aqui perto, já vi alguns novos. O cara não tem armas, não precisa, mas assim sabendo a psicológica dos caras, te digo, nem precisa. É isso também que eu explico para os clientes, para eles se sentirem seguros. (Regis, 30 de março, 2016).

Tanto o Regis como o Betinho falam da importância de intuir a reação ou o comportamento daqueles que devem despejar e, segundo isso, ter um bom trato com eles no momento de evitar sua presença na rua. Desde "saber a psicológica dos marginais", ser "amável com eles", explicar que o despejo é por uma questão de trabalho, ou pedir "numa boa", até deixar acontecer algo no caso de armas e/ou ligar para os policiais, eles vão construindo seu repertório de habilidades para dar a resposta que corresponde a cada caso, com a dupla motivação de se manter no trabalho, cumprindo as demandas dos empregadores, quanto de se manter livre de conflitos com os suspeitos.

Porém, não se pode esquecer que mesmo com toda a amabilidade, os guardas limpam a rua e jogam fora várias pessoas que são identificadas dentro de um parâmetro do não aceitável para seus clientes. Parâmetro onde entram desde assaltantes e pixadores até fumadores de crack e moradores de rua. Limpar seus pontos de todo este tipo de pessoas é uma tarefa que para uns é parte dos serviços que costumam ter, entanto que para os outros é despejo, marginalização e uma classificação constante de *suspeito*, que contem fortes marcas da diferenciação social.

As habilidades usadas pelo guardas para despejar as ruas, são uma das principais estratégias para cumprir o trabalho, ou seja, deixar o lugar limpo e vazio para seus clientes, correndo o menor risco possível, e isso se consegue só com a flexibilidade de saber reagir de formas diferentes à cada situação, sempre com o objetivo básico e principal de sobreviver e garantir um cotidiano o mais tranqüilo possível, mantendo

relações minimamente cordiais com todos, um verdadeiro jogo de cintura como eles mesmos definem essa habilidade.

2.3. Perseguição, prisão, assaltos e violência.

Mas o cotidiano nem sempre está isento de conflitos, seja porque aparece um assaltante determinado, seja porque o guarda flagrou uma situação que não dá para deixar de lado, seja porque o guarda decide fazer respeitar seu ponto. Nestas situações, as decisões sobre o que fazer em uma situação potencialmente conflituosa podem desde a intimação, a perseguição, o uso da força e da violência, ou o apelo às forças da segurança pública para resolver uma situação com um "suspeito".

Petrópolis, o bairro onde realizei o trabalho de campo, é o terceiro dos bairros com maior número de roubo de carros em Porto Alegre, com um 8,8% do total dos roubos na capital, segundo dados da polícia civil em nota da mídia local⁵. Estas cifras "oficiais" corroboram-se no cotidiano, com as histórias dos moradores e dos guardas quem tem várias histórias sobre assaltos no seus repertórios de lembranças. Um dos eventos que marcou a minha estadia no campo, foi a morte de um jovem durante o roubo do seu celular. Esta situação evidenciou a constante tensão existente no bairro, e em alguns dos casos repercutiu no porte de armas por parte dos guardas que lembram, com estes fatos que estão no front do conflito, já que estão nas ruas constantemente e são uma mediação entre os assaltantes e os assaltados.

Os moradores do Bairro, cientes da situação, não recorrem simplesmente aos guardas de rua, mas fazem uso de câmeras, grades, seguros e até cachorros como parte das suas estratégias de segurança. Um dos moradores do bairro explica que "Petrópolis é foco dos roubos porque é um lugar de classe média onde vão os pobres para roubar", ciente também das diferenças que deixam eles como alvo dos assaltos.

O Regis, tem uma fama no bairro originada, precisamente, por suas reações diante dos conflitos. certa noite ele me contou como perseguiram, cercaram e ameaçaram com facões um "suspeito" que tinha roubado uma sacola de pregos numa obra em construção. Como o suspeito tinha se refugiado no prédio em construção, o Regis e o outro guarda começaram a ameaçar ele com um facão, achando que assim ele

⁵ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/05/como-e-viver-nos-bairros-com-maior-numero-de-roubos-de-veiculos-em-porto-alegre-cjhcdzbb06fr01panqrmvzy.html>

ia sair. Está claro que ele não saiu. Um dos guardas, na ameaça do facão, machucou a mão do "suspeito" e, nessa situação, decidiram ligar para a polícia que "soltou o bandido!". Em outra ocasião, me narrou como perseguiu e recuperou umas luminárias que um jovem tinha roubado duma das casas que ele vigia só porque considerou que era um desrespeito fazer isso na casa que ele cuida. Por ter essa fama, recebe ligações rotineiras de pelo menos dois moradores que solicitam que ele revise as ruas pelas quais vão chegar de carro até suas casas. um deles até precisa que ele vigie o momento em que entra e sai do carro. "Eles são grandões e tem medo", explica Regis, dizendo que ao terem um status econômico tão alto, terminam por ter que se proteger das conseqüências disso.

As avaliações dos guardas para resolver uma situação, tem a ver com sua própria segurança. Suas formas de lidar com situações de potencial conflito respondem tanto à vulnerabilidade na qual os guardas consideram que se encontram quanto às demandas de deixar um espaço limpo e seguro para seus empregadores. Este seria o sentido mais prático daquelas formas aparentemente macias de agir na disputa pelos espaços públicos. Não se trata de respostas irracionais que dependem só do estado do ânimo do guarda, nem do poder discricional (Zanetic, 2010). As respostas dos guardas diante de situações de possível conflito passam mais pelo bom senso, como explicitou do Amaral em relação aos funcionários da EPTC (do Amaral 2016). A interação dos guardas e suas habilidades para lidar com tensões passa, também, pela intenção de auto proteção em situações de perigo latente. Suas formas de resolver uma situação estão permeadas pela noção de perigo, na qual é muito importante considerar sua situação de "insegurança laboral", por estarem dentro dum trabalho informal que os confronta com vários tipos de riscos.

Uma das opiniões do Regis pode expressar bem este ponto: "Aquele prédio de vários andares que não tem esse serviço [vigilância monitorada] porque precisamente eles [os que monitoram pelas telas] estão só olhando a tela, me paga 500 reais. Eu tenho que pagar outro guarda e o folguista [o guarda que faz o trabalho nos dias de descanso do guarda "titular"]. Quanto acham que vale a minha vida? Na clínica de lá, a mulher que é a dona, queria que eu estivesse 24 horas parado na porta da clínica e me pagar 150 reais. Eles têm grana, são grandões, quanto acham que vale a minha vida? 150 reais?" (Regis, 29 de março 2016). Para os guardas, seu trabalho é uma ocupação de alto risco já que cotidianamente estão expostos a negociações com as pessoas que

chegam a quebrar a ordem das camadas acomodadas da cidade, eles tem que evitar o choque entre essas camadas sem ganhar problemas nem inimizades, pois eles não tem seguro, planos de saúde, nem o respaldo do estado como é o caso das forças policiais que fazem tarefas similares. Paradoxalmente, enquanto eles fornecem segurança, segundo os guardas, seu trabalho é fortemente menosprezado pelos clientes. Eles são cientes de que quem os contrata é gente que detém vários tipos de poderes, sobretudo econômico, que não condiz com o menosprezo da segurança que os guardas fornecem para eles.

Eis que Carvalho (2002) traz, oportunamente, a reflexão sobre a banalização da vida em dois sentidos: por um lado, matar por um celular, e pelo outro matar uma pessoa por tentar roubar um celular, duplo sentido ao qual os guardas parecem adicionar um terceiro sentido da banalização da vida: contratar alguém para ariscar sua vida pelo valor de 150 reais ao mês e a segurança do cliente.

3. A autoridade e o poder do guarda

Todas as habilidades descritas anteriormente: vigiar, identificar suspeitos, perseguir, punir, saber quando ligar para a polícia, com quem agir violentamente, com quem não, e também mostrar a capacidade do uso da força e violência para fazer respeitar o ponto, são estratégias e tecnologias de poder do guarda, que ao serem praticadas, constantemente, fazem deles figuras reconhecidos como certo tipo de autoridade pelos habitantes das ruas.

3.1. Proximidade, diferença e controle das forças da ordem pública:

O reconhecimento do guarda por parte deles é só uma parte da construção permanente dessa figura de autoridade. Um ponto importante nas formas em que os guardas constroem cotidianamente sua figura de autoridade, é a relação que eles mantêm com as forças da segurança pública, ou seja com os policiais, as quais, da mesma forma em que as relações com os moradores do bairro e com os habitantes da rua, estão fundamentadas numa série de interações e negociações permanentes que envolvem diversas formas de poder.

O Regis iniciou-se como guarda pela recomendação dum amigo policial com quem fazia a segurança de eventos, antes de ser guarda de rua. Esse amigo policial, treina junto com ele, e as vezes aparece na rua, sempre à paisana, para conversar com

ele. O Betinho, tem entre seu subcontratados um policial aposentado e ele mesmo chegou a ser guarda também interagindo com policiais que trabalhavam no posto, até agora, ele manifesta sua proximidade com eles, com quem comparte um chimarrão sempre que pode. Já o Chico, tem uma relação de maior distância pelos períodos históricos que vivenciou nas ruas, desde que os policiais faziam um controle ostensivo e agrediam, detinham os guardas, logo depois do referendun pelo desarmamento de 2005, até a atualidade em que "nunca atendem suas ligações e denúncias"⁶.

Muitos dos guardas de rua tem se iniciado na área da segurança privada com algum policial. A história da segurança privada que conhecemos nestes dias inicia-se, também, a partir duma relação com a instituição policial, que é quem determina a obrigatoriedade da sua presença em todo tipo de estabelecimento financeiro, na década dos 70 durante o regime militar, sendo criada pelo Decreto Federal Nº de 21 de outubro de 1969 (Zanetic, 2010:33).

Ao mesmo tempo em que existe esse tipo de proximidade, os guardas deixam claro que não são policiais por uma diferencia fundamental: eles são guardas do patrimônio que tratam de boa os "suspeitos", entanto que os policiais são violentos que entram para arrepiar nas favelas e tem todas as seguranças do trabalho para instituição pública, por isso podem fazer "tudo". Os guardas não gostam de ser confundidos com os policiais, e tanto Regis como Chico e Viana, rechaçam totalmente o agir policial, já que consideram que são extremadamente violentos, assassinos, corruptos e que não fazem mais nada do que tomar café nas delegacias entanto que os guardas que fazem todo o trabalho. Ainda com essa rejeição ao policial. Não vi um controle por parte dos policiais e nenhuma viatura parou ou intimou eles no decorrer do trabalho de campo. Mas, o Chico insiste, em que antes havia uma perseguição e o Regis já experimento ser pressionado por um morador que é policial:

Ele [o policial que habita no Bairro] veio morar aqui faz uns anos. É um policial da civil, e daí ele começou a me perguntar o que eu faço, qual é minha licença. Aí eu falei também que eu treino na academia, que tenho amigos policiais, mas ele não, ele queria me incomodar mesmo. Aí que ele veio com esse papo de fechar minha guarita e que para liberar ela eu tinha que pagar uma coisa de mais de mil reais. Imagina! Aí eu cheguei com minha esposa e minha filha: 'Olha eu sou um cara de família, eu trabalho aqui faz tempo, todo mundo confia em mim'. E ele nada, ele me

⁶ No entanto, guardas das empresas mais formais, ou seja com o alvará da Policia Federal, afirmam que os policiais costumam acudir somente às ligações das empresas de segurança, evitando dar muita atenção para as ligações de qualquer pessoa que liga por qualquer coisa.

diz que nós estávamos tirando o seu trabalho. Olha, eu não estou tirando o trabalho de ninguém. Faz dez anos que eu trabalho aqui e nosso trabalho é aqui mesmo nas ruas, cuidando o patrimônio. Como ele não deixava de me incomodar, eu lhe falei que eu ia perguntar ao juiz e ao advogado. Eles [os policiais] sabem que um advogado é mais alto que eles e eu tinha mesmo falado com o advogado [outro cliente do Regis, habitante do mesmo bairro] que é gente boa e me falou que não podia fazer isso, que eu lhe perguntasse para quem eu tinha que passar a grana, o nome da pessoa, em que delegacia, que ele ia me ajudar em qualquer coisa. E isso mesmo que eu falei pra ele. Quando eu falei do advogado, ele nunca mais apareceu, nunca mais nem me falou. (Regis, 24 de fevereiro de 2016).

As tensões com os policiais vão para além da disputa por ter o controle das ruas, e se efetivam cotidianamente na constante ostentação do poder, legitimado e respaldado pelo Estado, que evidenciam os policiais, e que pode ser apresentado em qualquer tipo de interações e convivências.

Na cita precedente há um outro elemento para tomar em conta, e é que o guarda não é somente o empregado de uma casa, mas também é o protegido do cliente e quanto mais poderoso este seja mais proteção e benefícios poderá oferecer ao guarda, e esse é outro dos fatores fundamentais para entender as dinâmicas da segurança privada. A relação entre o guarda e seus clientes que consiste numa proteção e delegação de poder

3.2. A delegação do poder das camadas superiores.

A autoridade do guarda, revisando o exposto até agora, se constrói, mediante o exercício permanente de determinadas habilidades, vigiar, controlar, despejar pessoas da rua, perseguir, denunciar e também negociar com elas, que são poderes que basicamente poderiam ser exercidos, supostamente, por qualquer pessoa (Cardoso, 2017), mas que ao ser exercido permanentemente gera uma figura de autoridade. Os guardas, já investidos desses poderes, recebem, também, a permissão de ação das forças de segurança pública, no simples fato de ter o consentimento visível e diário de agir como autoridade sobre determinado tipo de pessoas, o qual é uma legitimação tácita da autoridade do guarda. E ainda, a autoridade que os guardas exercem, sustenta-se, também, na delegação do poder que seus empregadores lhes outorgam.

Como temos visto, ao se tratar, de pessoas que são portadoras duma serie de capitais (no sentido de Bourdieu, 2007), os clientes dos guardas de rua são parte elevada das hierarquias sociais. Desde essa posição, são aqueles sujeitos incluídos dentro da lógica da segurança como pessoas a serem protegidas, sendo assim imunes aos controles policiais e às remoções do espaço público, um status hierárquico em relação a todos os

demais que passam pela rua do bairro e, também, em relação aos guardas que mesmo não tendo determinado morador como cliente, sabem distinguir imediatamente um morador de um suspeito. Os moradores estão numa posição econômica e social muito diferente à dos guardas, quem estão mais próximos dos suspeitos do que dos seus empregadores, ao final vivem nos mesmos bairros. Mas, ao trabalharem para os moradores do bairro nobre, fazendo a segurança dos seus bens e até deles mesmos, os guardas recebem uma parte do poder de seus empregadores. Esse poder, é delegado ao guarda, cada dia, ao depositar nele a possibilidade de ser o representante do morador na tarefa da proteção da propriedade privada. Em troca, o guarda recebe, um salário, vários presentes e a proteção que a hierarquia do cliente propicia.

Este tipo de figuras de autoridade não são novidade, num nível histórico, parece que o contexto atual provém de uma trajetória de aceitação bastante generalizada das forças privadas de segurança das camadas acomodadas. De Almeida (2014) e Possamai (2010) estudando o século XIX, evidenciam que as milícias privadas da elite nacional e regional, serviam até para reforçar o exército; Lara (1988) e Soares (2009) mostram o rol público e privado dos serviços dos capitães do mato, quem oscila entre o papel público e os serviços e pagamentos privados. Já Ayub (2015) descreve o papel dos jagunços no controle privado das terras na região do Pinhão até a década dos 90 como um serviço informal que intermediava as relações conflituosas entre os posseiros e uma empresa madeireira. Todas estas pesquisas, evidenciam o papel fundamental dos serviços privados na consolidação do Estado, do exército e da polícia, tanto no nível da união, quanto no nível do Rio grande do Sul, paralelamente ao papel fundamental que desenvolviam para seus superiores, as elites de cada período histórico e região. Estas pesquisas fornecem, assim, o fundamento histórico e local da existência de figuras de autoridade que flutuaram entre o público e o privado, a partir de tarefas como a proteção da casa e propriedades das camadas superiores, e o serviço ao poder centralizado e às esferas públicas, quando estas precisarem. Este antecedente histórico merece uma maior atenção, do que este breve resumo, mas nesta apresentação, serve para ter uma referencia explicativa que permita entender as dinâmicas da atuação dos guardas de rua dentro de relações nada extraordinárias.

Na atualidade, existem poucas abordagens sobre este tipo de figuras de autoridade, porém, a parcial aceitação dos “justiceiros” (Schuch 2016) e dos "cidadãos de bem com armas" (Santos, 2012) parecem ser, também, indicadores da aceitação tácita da

existência de forças de segurança privadas que situam-se na informalidade. Algumas pesquisas sobre as milícias (Cano e Duarte, 2012) e sobre a mesma segurança privada (Pastore, 2016, e o V ENADIR, 2017, são referências importantes), também fornecem boas referências sobre este tema, ainda que estas últimas abordam mais o tema da insegurança do que a mediação. Para Das e Poole (2008) este tipo de figuras de autoridade estas são figuras locais que: "representan simultáneamente el desvanecimiento de la jurisdicción estatal y su continua refundación a través de su no tan mítica apropiación de la justicia y la violencia privada. En este sentido, son el secreto público a partir del cual las personas representan la ley, la burocracia y la violencia, son las que juntas constituyen el movimiento del estado por detrás del reino de lo mítico, para unirse en la realidad de la vida cotidiana." (Das e Poole 2008: 29-30). Seguindo a Das, cuja análise, aliás, concorda com os antecedentes históricos mencionados, a origem dessas figuras de autoridade locais seria anterior à uma consolidação do poder centralizado. A continuidade da existência dessas autoridades locais, se localiza nas margens do Estado, não a partir do desvanecimento da autoridade estatal, mas a partir da permanência de serviços de proteção privados que conseguiram permanecer desde antes da consolidação do Estado, mantendo também o ordenamento das diferenças sociais.

4. Intermediações e contenção do conflito.

Para finalizar, o papel dos guardas, dentro da convivência urbana, não abrange somente os conflitos cotidianos com os habitantes das ruas, assaltantes e pixadores. O papel dos guardas, que me parece importante de ressaltar aqui, é a mediação que fazem entre as camadas sociais, evitando o conflito direto entre elas. Estratégia com a qual fazem a tarefa de fortalecer a manutenção das diferenças sociais, das hierarquias e do ordenamento social vigente mediante a imposição de uma distância entre uma camada social e a outra, que é difícil de quebrar se evita-se o encontro até no espaço público como é uma rua.

Já Claudia Fonseca numa pesquisa em Porto Alegre (2000) tinha, observado que "para muitos brasileiros, os únicos momentos de contato interclasses se produzem na conversação com a faxineira ou durante um assalto." (Fonseca, 2000: 108). Ao estarem ao serviço dos proprietários e moradores do bairro, os guardas junto com as faxineiras, são uma parte do pessoal da casa, do serviço claro, mas da casa. Isso, situa os guardas

na proximidade do trato cotidiano e na contenção do encontro entre classes sociais por serem próximos, paradoxalmente das duas camadas que mediam.

Todas suas habilidades entram em jogo para evitar o encontro dos seus clientes com moradores de rua e fumadores de crack. Os guardas também evitam os recados dos pixadores que não conseguem fixar suas assinaturas nesses bairros e que são severamente perseguidos. E evitam, sempre que possível, roubos, assaltos e o medo dos moradores. Assim, parece que nesses bairros nem existiria diferenças sociais. Só o momento do assalto violento, da toma do carro, é o encontro muitas vezes inevitável para os guardas. Mas, ainda com as cifras da Polícia, esses encontros são algo eventual, (o que não reduz o impacto que tem nas pessoas que sofrem o roubo). No cotidiano, os guardas conseguem evitar os encontros entre camadas, e assim manter uma distância entre elas.

Essa mediação, que realizam os guardas, evita um encontro, e evita que os moradores tenham que recorrer a se defender, se proteger, ou ter atitudes violentas. A delegação do poder que os empregadores fazem com os guardas, é de caráter duplo, por um lado libera o proprietários da prática direta da violência e ao mesmo tempo, protege sua propriedade e domínio social econômico. Característica que reforça, também, a manutenção dum tipo de ordem, onde o conflito direto entre grupos sociais diferentes, é contido pelas figuras de autoridade local.

Contudo, um ponto que quero ressaltar, e que é determinante para entender a Segurança Privada, é que apesar da delegação de poderes e a legitimação tácita por parte do Estado, o poder dos guardas de rua é simplesmente momentâneo.

A constante construção de sua autoridade, mediante todas suas habilidades e estratégias, para manter seu posto e sua segurança, terminam por construir um poder efêmero, que termina não só quando o Guarda volta para casa, na favela, mas a qualquer momento. O poder delegado em ele pode ser restabelecido por aqueles que o delegam, seja por excessos dos guardas, descontentamento dos empregadores, ou alguma atitude considerada inapropriada, no momento que o proprietário precise. O cliente, ao demitir o guarda retira todo o poder dele, ele não pode estar mais na rua, só se ele é contratado por alguém.

Também a polícia, que legitima tacitamente o guarda, deixando ele fazer seus policiamentos privados, pode restabelecer esse poder, caso os agentes precisarem se afirmar como superiores aos guardas, ou mostrarem para a população um controle sobre as forças privadas.

A segurança privada, abordada a partir dos guardas de rua, é um poder momentâneo, recebido tanto das camadas superiores quanto das forças públicas, e é um poder que facilmente pode ser freado, controlado, retirado e punido, se for de interesse de alguma das partes mostrar um descontentamento com os guardas. Assim, os guardas se constroem como figuras de autoridade local, cotidianamente, evitando o encontro entre camadas, facilitando a distância entre elas, contendo o conflito social mas, ao mesmo tempo, ao serem um poder momentâneo, baseado em relações laborais absolutamente informais, eles mesmos formam parte da manutenção das distâncias sociais, servindo para interesses que realmente pouco os beneficiam.

Referências:

- AYOUB, Dibe. Guardas, jagunços e pistoleiros: narrativas sobre homens de armas em um conflito de terras. In: *Revista Ruris*, volume 9, número 2, setembro, UNICAMP, 2015
- BRANDÃO, Thiago. *Informalidade: um conceito em busca de uma teoria*. In: *Revista da ABET*, v. 14, n. 2, Julho a Dezembro de 2015
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; 2007.
- CANO, Ignacio & DUARTE, Thais. *No sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2012.
- CARDOSO, Bruno. apresentação no V ENADIR, Encontro nacional de antropologia do direito. 28 ao 31 de agosto de 2017. FFICH-USP. [online]
<https://www.youtube.com/channel/UCyW0yqT1cthZB7-DTgA7sVg/live>, visitado em 10 de fevereiro de 2018.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, Domingo, 16 de novembro de 1997 [online]
<http://www.correiodopovo.com.br/Jornal/A103/N47/HTML/> revisado em 1º de outubro de 2018
- CARVALHO, J. J. . As Tecnologias de Segurança e a Expansão Metonímica da Violência. *Série Antropologia*, Brasília, v. 291, 2000.
- DA SILVA, Cleber, *O controle da segurança privada no Brasil: um estudo das condições que geram controle de acordo com o interesse público*. Teses 2012 (Doutorado em Ciência Política) USP, 2012
- DAS, Veena& POOLE, Deborah. "El Estado y sus márgenes". *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM.
- DE ALMEIDA, José Adilson. *Modos de atuação armada do exército brasileiro no império; 1842-1870* Teses (doutorado em História) USP, 2014
- DO AMARAL, Talitha Mirian, Representações e práticas na atuação da Guarda Municipal de São Gonçalo (RJ): uma análise da administração dos conflitos cotidianos. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.
- DURÃO, Susana. *Patrulha e proximidade: uma etnografia da polícia de Lisboa*. 2006.

Teses 2006 (Doutor em Antropologia das Sociedades Complexas), Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa Departamento de Antropologia, Lisboa, 2006

ECKERT, Cornelia, A cidade “com qualidade” Estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre, *Sociedade e Cultura*, V. 10, N. 1, JAN./JUN. 2007, P. 61-79

FENAVIST, IV. Estudo do setor da segurança privada, produzido pela Top Marketing Consultores especialmente para a FENAVIST – Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, 2014

FONSECA, Claudia. *Família, Fofoca e Honra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GAÚCHA ZH. Porto Alegre, jornal online; 13 de maio de 2018
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/05/como-e-viver-nos-bairros-com-maior-numero-de-roubos-de-veiculos-em-porto-alegre-cjhcdzbbh06fr01panqrmvvy.html>, visitado em 1 de outubro de 2018

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel, MIRANDA, Ana Paula Mendes de. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia*. BIB. Rio de Janeiro, no. 50, 2o. semestre de 2000. p. 45-123.

LARA, Silvia. *Campos da violência*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e terra, 1988

PASTORE, Ana. Guardas Universitários(as) da USP. Uma antropóloga em meio a eles(as), à reitoria e à comunidade: emoções, discursos, práticas profissionais e institucionais, Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB. GT. 26: Emoções, Política e Trabalho no Mundo Contemporâneo. 2016

POSSAMAI, Paulo César [Organizador]. *Gente de guerra e fronteira: Estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Ed. da UFPel, 2010.

SANTOS, Rita, « “Cidadãos de bem” com armas: Representações sexuadas de violência armada, (in)segurança e legítima defesa no Brasil », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 96 | 2012, colocado online no dia 15 Fevereiro 2013, criado a 30 Setembro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/4851> ; DOI : 10.4000/rccs.4851

SCHUCH, Patrice. “Antropologia Pública: a ética da inquietude no trabalho de Didier Fassin”. In: DINIZ, Débora. *Didier Fassin. Entrevistado por Débora Diniz*. RJ, Ed. UERJ, 2016.

SINDESPRS - <http://www.sindesprs.com.br/escolas-de-formacao>.
- <http://www.sindesprs.com.br/empresas-vigilancia-dpf>

SOARES, Marcio. *A remissão do cativo*. Rio de Janeiro. Ed. Apicuri, 2009

ZANETIC, André. *A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime: impactos na segurança pública e transformações contemporâneas no policiamento*. Teses (Doutorado em ciências políticas), USP, 2010.